

Prazo final é 29 de junho

BRASÍLIA - Dia 29 de junho é o prazo final para o Conselho de Ética do Senado votar a cassação dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), e José Roberto Arruda (sem partido-DF). Após essa data, prevê o regimento do Senado, o conselho será dissolvido e a decisão de punir os responsáveis pela fraude do painel ficará para outros parlamentares. Como o atual conselho tende à cassação dos envolvidos, atrasar o processo, acreditam alguns oposicionistas, poderá ser a saída para evitar a punição dos senadores.

De acordo com o regimento, no dia 30 devem tomar posse os novos integrantes do Conselho, que precisam ser eleitos entre os colegas da casa. Os futuros integrantes só podem se candidatar após a indicação dos líderes partidários. Apenas a oposição já se definiu: o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), informou que ficam os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Heloísa Helena (PT-AL). Lauro Campos (sem partido-DF), perde a vaga. Por ter assumido meses mais tarde, o mandato do presidente da comissão, Ramez Tebet (PMDB-MS) continua até novembro.

Dutra suspeita que a contrapartida da derrubada da CPI da Corrupção possa ser o enfraquecimento do Conselho de Ética e, consequentemente, a absolvição de Arruda e ACM. Ele não descarta a possibilidade da substituição dos integrantes. "A estratégia já foi traçada, só não sei quais armas eles usarão", afirmou. O relator Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ) sugere a prorrogação do atual conselho. "Não fez sentido mudar no meio do processo".

Os líderes dos partidos da base aliada dizem que ainda não definiram o que fazer. Porém, uma coisa é certa: Arruda perderá a vaga. Dois senadores do PMDB já anunciaram que não querem ficar no conselho após junho. Amílcar Lando (RO) diz que quer mais tempo para se dedicar ao partido. Nabor Júnior (AC) lembrou que participou de cinco comissões.